



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA
Praça Juca Brandão, nº 56 – Centro, CEP: 65510-000 Mata Roma - MA
CNPJ. 69.390.136/0001-51 Email: camaramr@outlook.com.br

MURAL DE PUBLICAÇÃO DO LEGISLATIVO

Publicação Nº 01/2021 de 09 de agosto de 2021
Átριο da Câmara Municipal de Mata Roma - MA

A Câmara Municipal de Mata Roma – MA no uso de atribuições legais e de acordo com a lei vigente pública hoje 09 de agosto de 2021 no Mural do Legislativo Municipal de Mata Roma - MA, no portal da transparência www.mataroma.ma.leg.br que o Projeto de Lei Nº 01/2021 encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo que trata sobre **“Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2022 – LDO 2022”** foi aprovado nesta Casa Legislativa em primeiro e segundo turno por unanimidade no dia 01 de julho de 2021 no qual foi encaminhado ao Poder Executivo dia 09 de agosto de 2021 para ser sancionado pelo órgão sob o número de Lei ° 478/2021 de 01 de julho de 2021.

Atenciosamente Josivan Garreto da Silva.

Mata Roma – MA 09 de agosto de 2021



CNPJ: 69.390.136/0001-51
Câmara Municipal de Mata Roma
Praça Juca Brando, S/N
Centro - CEP: 65.510-000
Mata Rorna Maranhão

Lei Nº 478/2021 de 01 de julho de 2021.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATA ROMA – Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, propõe à Câmara Municipal o seguinte Projeto de LEI.

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal, combinado do art. 78, Título III, da Lei Orgânica do Município e, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2022, compreendendo.

- I- As metas e prioridade da administração municipal;
- II- As estruturas e organização dos orçamentos;
- III- As diretrizes gerais para a elaboração e execução orçamentária.

Capítulo I DAS METAS E PRIORIDADE MUNICIPAL

2º. As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2022 serão especificadas em anexo no Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025 e obedecendo aos seguintes critérios:

- I- Promover o equilíbrio entre receitas e despesas
- II- Promover e desenvolvimento econômico e social integrado do Município;
- III- Contribuir para a consolidação de uma consciência da gestão fiscal responsável e permanente;



PREFEITURA DE
MATA ROMA
CONSTRUINDO O BEM DO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

IV - evidenciar a manutenção das atividades primárias da administração municipal.

Parágrafo único. A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, especificadas através do Anexo II - Das Metas Fiscais e do Anexo III - Dos Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

Art. 3º. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes;

I - as obras em execução terão prioridades sobre novos projetos;

II - as despesas com o pagamento da dívida pública e de pessoal e encargos sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Capítulo II **DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º. A LOA - Lei Orçamentária Anual compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 5º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificadamente os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária e a modalidade de aplicação:

1 - pessoal e encargos sociais;

2 - juros e encargos da dívida;

3 - outras despesas correntes;

4 - investimentos;

5 - inversões financeiras;



PREFEITURA DE
MATA ROMA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

6 - amortização da dívida;

7 - outras despesas de capital.

Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº. 42, de 14 abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº. 163, 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 7º. O Projeto da lei orçamentária anual a ser encaminhado ao Poder Legislativo será constituído de:

I - mensagem;

II - texto da Lei;

III - tabelas explicativas da receita e da despesa.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto da lei orçamentária anual conterà:

I - situação econômica e financeira do Município;

II - demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outras compromissos exigíveis;

III - exposição da receita e da despesa.

§ 2º. Acompanharão o projeto e lei Orçamentária demonstrativo contendo as seguintes informações complementares:

I - programação dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996;

II - programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no art. 198, § 2º da Constituição Federal.

III - demonstrativo da renúncia de receita, quando houver.



PREFEITURA DE
MATA ROMA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

§ 3º. Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei nº. 4.320/64;

II - Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo II da Lei nº. 4.320/64;

III - Quadro Demonstrativo por Programa de Trabalho, das Dotações por Órgãos do Governo e da administração, Anexo VI da Lei nº. 4.320/64;

IV - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo VII da Lei nº. 4.320/64;

V - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculos com os recursos, Anexo VIII da Lei nº. 4.320/64;

VI - Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX da Lei nº. 4.320/64;

VII - Quadro Demonstrativo de Realizações de Obras e Prestação de Serviços;

VIII - Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, art. 22, III, da Lei nº. 4.320/64;

IX - Quadro da Demonstrativo da Receita por Fontes e respectiva legislação;

X - Sumario de Geral da Receita por Fontes e da despesa por Funções de Governo;

XI - Quadro de Detalhamento de Despesa.

Capítulo III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA DE
MATA ROMA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

Art. 8º. A lei orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa.

Art. 9º. A lei orçamentária deve primar pela responsabilidade na gestão fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção dos riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 10º. A Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborada de forma compatível com o PPA - Plano Plurianual, com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária e com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 11º. A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

- I - prioridade de investimentos para as áreas sociais;
- II - modernização da ação governamental;
- III - equilíbrio entre receitas e despesas;
- IV - austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 12º. A lei orçamentária conterà, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente a, no mínimo 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 13º. No projeto da lei orçamentária para 2022, receitas e despesas serão orçadas a preços correntes de 2021.

Seção I **DA INSTITUIÇÃO, DA PREVISÃO E DA EFETIVAÇÃO DA RECEITA**

Art. 14º. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o art. 12 da Lei Complementar nº. 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando-se o art. 3º desta lei.



PREFEITURA DE
MATA ROMA
CONSTITUINDO-SE EM 1990

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

§ 1º. Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

- I - atualização dos elementos físicos unidades imobiliárias;
- II - atualização da planta genética de valores;
- III - a expansão do número de contribuintes.

§ 2º. As taxas pelo exercício de poder de polícia e de prestação de serviços deverão renumerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 15º. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

Parágrafo único. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas nestes artigos serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observadas a legislação vigente.

Art. 16º. Caso seja verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o excesso de despesa, o Executivo Municipal promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º A limitação do empenho, nos termos do *caput* deste artigo, será feita de forma proporcional ao montante de recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ao estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.



PREFEITURA DE
MATA ROMA

CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

Art. 17º. Não serão objetos de limitação de despesas:

I - das obrigações constitucionais e legais do ente (despesa com pessoal e fundos);

II - destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

III - assinaladas na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 18º. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 19º. A Prefeitura disponibilizará, para Câmara de Vereadores, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos, as estimativas e as memórias de cálculos das receitas para o exercício subsequente.

Art. 20º. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2022, o Poder Executivo Municipal desdobrará as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, de modo a atender ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 21º. Os casos de renúncia de receitas a qualquer título dependerão da lei específica, devendo ser cumprido o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 22º. O Poder Executivo Municipal concederá desconto de até 20% (vinte por cento) no pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU do exercício de 2022, aos contribuintes que efetuaram o pagamento deste tributo rigorosamente em dia no exercício financeiro de 2021.

Seção II **DA GERAÇÃO DE DESPESA**

Art. 23º. Na execução da despesa, nenhum compromisso será assumido sem existir dotação orçamentária e recursos financeiros.

Art. 24º. A lei orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares e, mediante lei específica, poderão ser realizadas transposições, remanejamentos ou



PREFEITURA DE
MATA ROMA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro.

Parágrafo único. Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamentos, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Art. 25º. O Município aplicará, no mínimo, os percentuais constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos do art. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 26º. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para o PASEP, nos termos do art. 8º, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 27º. As despesas de aperfeiçoamento de ação governamental deverão ser classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único. Entende-se por despesa relevante aquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal 8.666/93 e irrelevantes, aquelas que não ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação da citada lei.

Art. 28º. As operações de créditos deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em Resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

Art. 29º. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar 101, de 2000.

I - considera-se contraída a obrigação no montante da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres;

II - no caso de despesa relativas a prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo o pagamento deve se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.



PREFEITURA DE
MATA ROMA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

Art. 30º. É vedada a concessão de subvenções, auxílios ou contribuições para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e deste que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino e cultura, ou representativas da comunidade escolar;

II - voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III - voltadas para ações de assistências social;

IV - consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública federal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

V - instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica;

VI - instituições de apoio ao desenvolvimento social e econômico do Município.

VII - federações e confederações.

Parágrafo único. As Entidades sem fins lucrativos beneficiadas deverão cumprir o disposto no art. 26, da Lei Complementar nº. 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa nº. 001/97-SIN e alterações posteriores.

Art. 31º. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesa de competência do Estado do Maranhão, nos termos do art. 62, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 32º. As despesas de publicação da Administração Municipal deverão ser objeto de dotação orçamentária específica com denominação publicidade.

§ 1º. Entende-se como publicidade às ações relativas à divulgação do trabalho do órgão, ou seja, propaganda.



PREFEITURA DE
MATA ROMA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

§ 2º. As despesas referentes à publicação de licitações, portarias, atos, prestações de contas e congêneres, classificar-se-ão na atividade de custeio.

Art. 33º. Fica instituído o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, compreendendo o conjunto de atividades relacionadas com o acompanhamento das ações de governo, da gestão do patrimonial municipal e dos recursos públicos, através do controle de custos e da avaliação dos resultados dos programas instituídos.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal regulamentará, através de decreto, normas relativas ao controle interno municipal.

Art. 34º. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que o artigo anterior será desenvolvido de forma a apurar os custos dos programas, bem como, dos respectivos projetos e atividades, conforme determina o art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 35º. Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativos ao mês de julho de 2021;

II - serão incluídas dotações específicas para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vistas as disposições legais relativas à promoção e acesso:

§ 1º. O Poder Executivo Municipal poderá realizar concurso público de provas e títulos visando ao preenchimento de cargos e funções e também poderá, mediante autorização legislativa, promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura, extinguindo, transformando ou criando novos cargos.



PREFEITURA DE
MATA ROMA

CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

§ 2º. No exercício financeiro de 2022, os Poderes Executivo e Legislativo poderão conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras e admitir pessoal, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04.05.2000.

§ 3º. Na execução orçamentária de 2021, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada ao município:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargos, empregos e função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargos públicos, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de horas extras, salvo no âmbito dos setores de educação e saúde, ou quando destinados ao atendimentos de situações emergenciais de riscos ou de prejuízo para coletividade.

Capítulo IV **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 36º. A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser encaminhada ao Poder Executivo até o dia 31 de agosto de 2021, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 37º. Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma da execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.



PREFEITURA DE
MATA ROMA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de Maio de 2022, de Setembro de 2022 e janeiro de 2023, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento de metas fiscais de cada semestre, em audiência pública.

Art. 38º. A transparência da gestão fiscal será assegurada mediante incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA.

Art. 39º. As contas apresentadas pelo prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara Municipal ficarão disponíveis, durante todo o exercício na Câmara de Vereadores e na Prefeitura, para consulta e apreciação pelos cidadãos e Instituições da sociedade.

Art. 40º. Os instrumentos de transparência da gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 41º. O Município fica autorizado a buscar junto à União e Estado, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administração tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. A assistência técnica referida neste artigo consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transparência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal.

Art. 42º. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida, estarão suspensos os prazos e as disposições estabelecidas, enquanto perdurar a situação, para a recondução da dívida e das despesas com pessoal ao limite exigido.



PREFEITURA DE
MATA ROMA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N:06.119.945/0001-03

Art. 43º. O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Poder Executivo a Câmara até 30 de setembro de 2021, devendo a Câmara devolvê-lo para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Parágrafo único. Na hipótese do projeto de lei orçamentária anual não haver sido sancionado até 31 de dezembro de 2021, fica autorizado a execução da proposta orçamentária, originalmente encaminhada a Câmara de Vereadores, nos seguintes limites:

I - no montante necessário para abertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida:

II - 1/12' (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 44º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mata Roma, Estado do Maranhão, aos 15 de Abril de 2021.


Besalief Freitas Albuquerque
Prefeito Municipal

MATA ROMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2022

ANEX - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	48.415.851,20	46.783.129,96	458,32	100,40	50.835.654,26	49.236.469,02	477,99	100,63	53.378.486,97	51.696.292,47	477,28	100,63
Receitas Primárias (I)	48.289.752,20	46.670.936,52	456,92	100,16	50.714.739,81	48.118.392,07	466,87	100,38	53.250.476,80	51.574.311,67	475,64	100,38
Receitas Primárias Correntes	48.176.856,24	47.130.683,76	481,45	-	51.217.789,05	49.605.616,51	471,56	-	53.778.689,00	52.085.697,34	483,66	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Licitação	1.561.873,95	1.509.202,77	14,78	-	1.639.967,55	1.583.346,39	15,10	-	1.721.966,03	1.667.763,71	15,39	-
Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	47.111.877,29	45.522.120,39	445,89	-	49.467.471,15	47.910.383,68	455,38	-	51.940.644,71	50.395.902,67	464,21	-
Dotações Especiais Primárias Correntes	105.105,00	101.540,54	0,99	-	110.360,25	106.896,44	1,02	-	115.878,26	112.230,76	1,04	-
Receitas Primárias de Capital	1.919.202,05	1.756.886,70	17,20	-	1.909.112,15	1.849.019,03	17,50	-	2.004.567,76	1.941.469,09	17,92	-
Despesa Total	67.752.300,00	65.467.484,78	640,94	140,50	71.139.915,00	68.909.644,07	654,00	140,82	74.636.910,75	72.345.676,27	687,63	140,82
Despesas Primárias (II)	68.761.305,00	66.442.463,04	650,49	142,59	72.379.370,25	70.101.034,98	666,31	143,28	75.096.238,76	72.722.846,26	671,10	141,56
Despesas Primárias Correntes	59.546.949,25	57.540.776,16	563,34	-	62.526.396,71	60.558.293,37	575,61	-	65.652.718,55	63.586.166,15	586,79	-
Pessoal e Encargos Sociais	39.941.246,23	38.497.677,26	376,90	-	41.633.306,91	40.516.521,56	395,11	-	43.924.973,94	42.542.347,64	367,59	-
Outras despesas Correntes	19.707.703,05	19.043.098,20	186,44	-	20.693.088,20	20.047.731,92	190,50	-	21.727.742,61	21.043.818,51	194,26	-
Despesas Primárias de Capital	8.012.355,75	7.742.154,86	75,80	-	8.412.973,54	8.148.168,39	77,45	-	8.833.692,21	8.555.566,31	79,05	-
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.200.000,00	1.159.532,32	11,35	-	1.440.000,00	1.394.673,12	13,28	-	600.000,00	581.113,80	5,81	-
Resultado Primário (III) = (I - II)	(20.461.552,80)	(19.771.525,52)	(193,57)	(42,43)	(21.654.630,44)	(20.982.662,02)	(199,44)	(42,89)	(21.835.861,96)	(21.148.504,59)	(195,16)	(41,17)
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	(20.461.552,80)	(19.771.525,52)	(193,57)	(42,43)	(21.654.630,44)	(20.982.662,02)	(199,44)	(42,89)	(21.835.861,96)	(21.148.504,59)	(195,16)	(41,17)
Resultado Nominal (VI) = (III + IV - V)	3.907.403,87	3.775.634,26	36,96	8,10	4.102.774,06	3.973.631,95	37,77	8,12	4.337.912,77	4.172.312,61	36,90	8,12
Dívida Pública Consolidada	(1.308.584,56)	(1.264.464,74)	(12,36)	(2,71)	(1.374.024,28)	(1.330.774,13)	(12,65)	(2,72)	(1.442.725,50)	(1.397.312,63)	(12,69)	(2,72)
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Receitas Primárias autorizadas de PPP (VII)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Despesa Primária autorizada por PPP (VIII)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Imposto de saldo das PPP (VII) + (VIII-V)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Fonte: IBGE/Relatório de LRF	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00

MATA ROMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2020	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Variação	
									Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	51.184.468,00	521,34	101,19	49.166.740,64	500,79	118,44	500,79	118,44	(2.017.727,36)	(3,94)
Receitas Primárias (I)	51.122.868,00	520,71	101,07	49.166.740,64	500,79	118,44	500,79	118,44	(1.956.127,36)	(3,83)
Despesa Total	59.880.000,00	609,91	118,38	51.773.359,92	527,34	124,71	527,34	124,71	(8.106.640,08)	(13,54)
Despesas Primárias (II)	74.530.830,20	759,13	145,61	55.520.556,03	565,50	133,74	565,50	133,74	(19.010.274,17)	(25,51)
Resultado Primário (I - II)	(23.407.962,20)	(238,42)	(46,28)	(6.353.815,39)	(64,72)	(15,31)	(64,72)	(15,31)	17.054.146,81	(72,86)
Resultado Nominal	(23.407.962,20)	(238,42)	(46,28)	(6.353.815,39)	(64,72)	(15,31)	(64,72)	(15,31)	17.054.146,81	(72,86)
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	3.721.337,22	37,90	8,96	37,90	8,96	3.721.337,22	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(491.246,84)	(5,00)	(1,18)	(5,00)	(1,18)	(491.246,84)	-

Fonte: IBGE/Plataformas de LRF

MATA ROMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020		2019		2018		R\$ 1,00
		%		%		%	
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	9.146.650,08	100,00	6.103.703,14	100,00	2.120.006,16	100,00	100,00
TOTAL	9.146.650,08	100,00	6.103.703,14	100,00	2.120.006,16	100,00	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020		2019		2018		%
		%		%		%	
Patrimônio	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	241.873,33	2,64	163.046,43	2,67	(105.481,52)	(4,98)	(4,98)
TOTAL	241.873,33	2,64	163.046,43	2,67	(105.481,52)	(4,98)	(4,98)

Fonte: IBGE/ Relatórios da LRF

MATA ROMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2020	2019	2018
VALOR (III)	-	-	-

Fonte: IBGE/ Relatórios da LRF



MATA ROMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2022

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
Receita Total	41.124.099,78	49.166.740,64	19,56	50.854.344,00	3,43	48.415.861,20	(4,80)	50.636.654,26	5,00	53.378.486,97	5,00	
Receitas Primárias (I)	41.102.882,84	49.166.740,64	19,62	50.743.764,00	3,21	48.299.752,20	(4,82)	50.714.739,61	5,00	53.250.476,80	5,00	
Despesa Total	44.672.339,72	51.773.359,92	15,90	64.526.000,00	24,63	67.752.300,00	5,00	71.139.915,00	5,00	74.696.910,75	5,00	
Despesas Primárias (II)	45.857.030,84	55.520.556,03	21,07	72.614.358,49	30,79	68.761.305,00	(5,31)	72.379.370,25	5,26	75.086.338,76	3,74	
Resultado Primário (III) = (I - II)	(4.754.148,00)	(6.353.815,39)	33,66	(21.870.594,49)	244,21	(20.461.552,80)	(6,44)	(21.664.630,44)	5,88	(21.835.861,96)	0,79	
Resultado Nominal	(4.754.148,00)	(6.353.815,39)	33,65	(21.870.594,49)	244,21	(20.461.552,80)	(6,44)	(21.664.630,44)	5,88	(21.835.861,96)	0,79	
Dívida Pública Consolidada	4.468.021,91	3.721.337,22	(16,71)	3.721.337,02	(0,00)	3.907.403,87	5,00	4.102.774,06	5,00	4.307.912,77	5,00	
Dívida Consolidada Líquida	5.402.904,52	(491.246,84)	(109,05)	(1.246.280,53)	153,70	(1.308.594,56)	5,00	(1.374.024,28)	5,00	(1.442.725,50)	5,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
Receita Total	39.424.887,14	47.040.509,60	19,32	46.520.507,59	3,15	46.763.129,96	(3,58)	49.236.469,02	5,24	51.698.292,47	5,00	
Receitas Primárias (I)	39.404.546,87	47.040.509,60	19,38	46.415.002,39	2,92	46.670.936,52	(3,60)	49.118.392,07	5,24	51.574.311,67	5,00	
Despesas Total	42.826.516,84	49.534.404,82	15,66	61.564.736,19	24,29	65.467.484,78	6,34	68.900.644,07	5,24	72.345.676,27	5,00	
Despesas Primárias (II)	43.962.257,54	53.119.552,27	20,83	66.281.899,14	30,43	66.442.463,04	(4,10)	70.101.084,89	5,51	72.722.846,26	3,74	
Resultado Primário (III) = (I - II)	(4.557.710,67)	(6.079.042,66)	33,38	(20.866.896,76)	243,26	(19.771.526,52)	(5,25)	(20.962.692,92)	6,13	(21.148.534,59)	0,79	
Resultado Nominal	(4.557.710,67)	(6.079.042,66)	33,38	(20.866.896,76)	243,26	(19.771.526,52)	(5,25)	(20.962.692,92)	6,13	(21.148.534,59)	0,79	
Dívida Pública Consolidada	4.283.407,07	3.560.406,83	(16,88)	3.550.555,31	(0,28)	3.775.634,24	6,34	3.973.631,06	5,24	4.172.312,61	5,00	
Dívida Consolidada Líquida	5.179.661,13	(470.002,72)	(109,07)	(1.189.085,52)	153,00	(1.264.464,74)	6,34	(1.330.774,13)	5,24	(1.397.312,83)	5,00	

Fonte: IBGE/ Relatórios da LRF

MATA ROMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d) = (d Exercício anterior) + c
2020				340.130,37
2021	4.506.371,22	4.426.239,00	80.132,16	420.262,53
2022	4.641.562,35	4.514.763,84	126.798,51	547.061,04
2023	4.780.809,23	4.605.059,12	175.750,11	722.811,14
2024	4.924.233,50	4.697.160,30	227.073,20	949.884,34
2025	5.071.960,51	4.791.103,51	280.857,00	1.230.741,34
2026	5.224.119,32	4.886.925,58	337.193,74	1.567.935,08
2027	5.380.842,90	4.984.654,09	396.178,81	1.964.113,90
2028	5.542.266,19	5.084.357,37	457.910,82	2.422.024,72
2029	5.708.536,23	5.186.044,52	522.491,72	2.944.516,43
2030	5.879.792,32	5.289.765,41	590.026,91	3.534.543,35
2031	5.585.802,71	5.395.560,72	190.241,99	3.724.785,33
2032	5.753.376,79	5.503.471,93	249.904,86	3.974.690,19
2033	5.925.976,09	5.613.541,37	312.436,72	4.287.126,91
2034	6.103.757,43	5.725.812,20	377.945,24	4.665.072,15
2035	6.286.670,16	5.840.328,44	446.341,71	5.111.613,86
2036	6.475.476,26	5.957.135,01	518.341,25	5.629.955,11
2037	6.669.740,55	6.076.277,71	593.462,84	6.223.417,95
2038	6.869.832,76	6.197.803,26	672.029,50	6.895.447,45
2039	7.075.927,75	6.321.759,33	754.168,42	7.649.615,87
2040	7.272.131,26	6.448.194,52	823.936,84	8.473.552,71
2041	7.473.796,30	6.577.158,41	896.637,89	9.370.190,60
2042	7.681.509,16	6.708.701,58	972.807,58	10.342.998,18
2043	7.895.454,44	6.842.875,61	1.052.578,83	11.395.576,02
2044	8.115.818,07	6.979.733,12	1.136.084,95	12.531.660,97
2045	8.342.792,61	7.119.327,78	1.223.464,83	13.755.125,79
2046	8.575.576,39	7.261.714,34	1.313.862,05	15.068.987,85
2047	8.814.373,69	7.406.948,52	1.407.425,17	16.476.412,90
2048	9.059.394,89	7.555.087,50	1.504.307,39	17.979.720,29
2049	9.310.856,74	7.706.189,35	1.604.667,39	19.584.387,68
2050	9.569.313,90	7.860.313,13	1.709.000,77	21.293.388,45
2051	9.834.283,32	8.017.519,40	1.816.763,92	23.109.152,37
2052	10.105.751,82	8.177.869,79	1.927.882,03	25.036.034,40
2053	10.383.944,37	8.341.427,18	2.042.517,19	27.078.551,59
2054	10.668.092,70	8.508.255,72	2.159.836,98	29.238.388,57
2055	10.958.435,48	8.678.420,84	2.280.014,64	31.518.403,22
2056	11.254.218,55	8.851.989,26	2.402.229,29	33.920.632,51
2057	11.555.895,10	9.029.029,04	2.526.866,06	36.447.498,57
2058	11.863.125,96	9.209.609,52	2.653.516,44	39.101.015,01
2059	12.176.779,74	9.393.801,81	2.782.977,93	41.883.992,94
2060	12.496.180,75	9.581.677,85	2.914.502,90	44.798.495,84
2061	12.821.036,47	9.773.311,41	3.047.725,06	47.846.220,90
2062	13.151.177,57	9.968.777,64	3.182.400,00	51.028.620,90
2063	13.487.892,89	10.168.153,19	3.319.739,70	54.348.359,60
2064	13.830.469,68	10.371.516,25	3.458.953,43	57.807.313,03
2065	14.179.203,77	10.579.946,58	3.599.257,19	61.406.570,22
2066	14.534.399,66	10.790.525,51	3.743.874,15	65.150.444,37
2067	14.896.371,88	11.006.336,02	3.890.035,86	69.040.480,23
2068	15.264.443,04	11.226.462,74	4.037.980,30	73.078.460,53
2069	15.638.946,33	11.450.991,99	4.187.954,33	77.266.414,86
2070	16.019.351,69	11.680.011,83	4.339.339,86	81.605.754,72
2071	16.406.202,25	11.913.612,07	4.492.590,17	86.108.344,89
2072	16.799.968,31	12.151.884,31	4.648.084,00	90.766.428,89
2073	17.200.977,36	12.394.922,00	4.806.055,36	95.572.484,25
2074	17.609.566,68	12.642.820,44	4.966.746,24	100.529.230,49
2075	18.026.083,69	12.895.675,85	5.130.407,84	105.659.638,33
2076	18.450.886,19	13.153.590,38	5.297.295,81	110.956.934,14
2077	18.883.342,78	13.416.562,19	5.466.780,59	116.423.714,73
2078	19.323.833,05	13.684.995,44	5.638.837,63	122.062.552,36
2079	19.771.748,08	13.958.695,34	5.813.052,71	127.875.605,07
2080	20.227.596,44	14.237.869,25	5.989.727,19	133.865.332,26
2081	20.690.842,40	14.522.626,64	6.168.215,76	140.033.548,02
2082	21.161.079,17	14.813.079,17	6.348.000,00	146.381.548,02
2083	21.648.703,57	15.109.340,75	6.539.362,82	152.920.910,84
2084	22.143.114,68	15.411.527,57	6.731.587,11	159.652.497,95
2085	22.653.876,12	15.719.758,12	6.934.118,00	166.586.615,95
2086	23.171.461,41	16.034.153,28	7.137.308,13	173.723.924,08
2087	23.696.355,25	16.354.836,35	7.341.518,90	181.065.442,98
2088	24.228.053,91	16.681.833,07	7.546.220,84	188.611.663,82
2089	24.766.165,52	17.015.571,74	7.750.593,78	196.362.257,60
2090	25.310.332,42	17.355.883,17	7.954.449,25	204.316.706,85
2091	25.860.166,39	17.703.000,83	8.157.165,56	212.473.872,41
2092	26.416.297,44	18.057.060,85	8.359.236,59	220.833.108,99
2093	26.978.376,37	18.418.202,07	8.560.174,30	229.393.283,29
2094	27.546.072,66	18.786.586,11	8.759.486,55	238.152.769,84

Fonte:

MATA ROMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTO	VALOR PREVISTO 2022
Aumento Permanente da Receita	2.500.000,00
(-) Transferências Constitucionais	750.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	750.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.000.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	500.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	1.500.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	750.000,00
Novas DOCC	750.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	750.000,00

Fonte:

MATA ROMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS
2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	1.500.000,00	ACORDOS JUDICIAIS	250.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	1.000.000,00	AUDITORIAS	500.000,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	2.500.000,00	SUBTOTAL	750.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	309.000,00	COBRANÇA DIVÍDUA ATIVA	309.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	309.000,00	SUBTOTAL	309.000,00
TOTAL	2.809.000,00	TOTAL	1.059.000,00

Fonte:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA
Praça Juca Brandão, nº 56 – Centro, CEP: 65510-000 Mata Roma - MA
CNPJ. 69.390.136/0001-51 Email: camaramr@outlook.com.br

Ofício ao Executivo Nº 02/08/GAB/2021

Ao Senhor
Besaliel Freitas de Albuquerque
Prefeito Municipal de Mata Roma – MA
Assunto: Comunicação de encaminhamento de projeto de lei.

Mata Roma – MA, 06 de agosto de 2021.

Senhor Prefeito

Objetivando da maior ênfase ao progresso e desenvolvimento do Município, esta Casa comunica a Vossa Excelência e ao mesmo tempo encaminhar o **Projeto de Lei Nº 001/2021** de iniciativa do Poder Executivo que, **Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022**, votado e aprovado em primeiro e segundo turno na Sessão Extraordinária do dia 01 de julho de 2021 no qual receberá o numero de **Lei Nº 478/2021 de 01. de julho de 2021.**

Limitando ao exposto e convicto da atenção de Vossa Excelência enviou cordiais saudações.

Atenciosamente



Josivan Garreto da Silva
Presidente

Recebido
em: 09/08/2021

